



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
1

No dia décimo segundo do mês de março de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º) Ata (Ata 01ª Plen. Ord. de 26-02-15) e Expedientes. 2º) Avaliação da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 3º) Plenária Estadual e Regional-Sul de Saúde (PR/SC/RS). 4º) 7ª Conferência Estadual de Saúde: Comissão Organizadora; Regimento Interno. 5º) Seminário de Avaliação da Situação da Saúde-Ministério da Saúde. 6º) Financiamento dos Seminários, Plenárias Estadual e Regional Sul (PR/SC/RS) e das Conferências Estadual e Nacional de Saúde. 7º) Assuntos Gerais. Titulares: Camila Jacques, Claudio Augustin, Rosimeri Suzin, Zilá Cohen, Odil Gomes, João Pawlak, Carlos Weber, Stenio Rodrigues, José Hélio, Ana Albernaz, Célia Chaves, Ana Valls, Leila Ghizzoni, Eni Bahia, Sonia Pinheiro, Denise Braga, Luiz Pinheiro, Paulo Azeredo Filho, Nadia Frizzo, Jairo Tessari, Sandra Leon, Ana Martins. Suplentes: Mara Lucia Soeiro, Paulo Rodolfo, Mirian Kolinger. Célia abre a plenária dizendo que a ata da última plenária ainda não está finalizada, que algumas questões ainda não foram transcritas por ela ter sido bastante extensa, e que poderão discuti-la na próxima plenária. Ela apresenta o novo conselheiro titular da FAMURS, Paulo Azeredo Filho, e anuncia que receberam três convites, um da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, para um ciclo de seminários tratando da saúde da mulher, dia 19 de março no plenário Ana Terra. Um da Presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente do Estado, para uma audiência pública, dia 21 de março em Santa Maria, para debater a legislação das agro indústrias, ordenamento sanitário e ambiental, no Centro de Referência e Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter. Um para o 7ª encontro de fortalecimento dos conselhos, dia 25 de abril em São Jeronimo. Ela diz que na pauta não falarão sobre a avaliação da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, ela passa a palavra para Claudio, ele diz que na comissão do dia anterior, muitos conselheiros faltaram e que a avaliação não pode ser aprofundada, então a reunião para realizar a avaliação, será feita um dia antes da próxima plenária, e encaminharão essa avaliação para o conselho. Segundo ele, várias questões que aconteceram nessa conferência nacional foram graves, e devem ser corrigidas para serem apresentadas na conferência desse ano, ele também diz que não receberam a sistematização das propostas com antecedência, e que só receberam na hora da conferência, e que não tiveram espaço físico para reunir a delegação, e que várias propostas do Rio Grande do Sul foram deturpadas pela comissão, ele também diz que eles entraram com um pedido formal no sentido de corrigir os erros, e que não foram corrigidos, e que por causa disso gerou desentendimento das propostas. Outra questão que segundo ele atrapalhou muito as reuniões, é que eles pediram um coordenador de delegação, ele diz que o que era pra ser uma discussão política, acabou se tornando uma discussão burocrática, e trás como proposta, aprofundar essas questões para que elas não se repitam na conferência desse ano. Célia pergunta se estão aprovados os seguintes encaminhamentos sugeridos, a solicitação da republicação da política estadual de saúde do trabalhador nos termos em que já foi aprovada na plenária e a homologação do referendo das deliberações da conferência estadual de saúde do trabalhador, sem nenhum contrariamento, Célia diz que os encaminhamentos serão realizados. Célia passa para a próxima pauta, e esclarece para quem não está acompanhando o processo das plenárias, que o Conselho Nacional de Saúde chamou uma plenária nacional que vai ocorrer nos dias 13 e 14 de abril, e propôs a organização de plenárias regionais no país, e que o Rio Grande do Sul vai ser a sede dessa plenária da região Sul que ocorrerá dia 21 e 22 de março, e que aproveitando essa oportunidade, realizarão a plenária estadual no dia 20 de março, a partir das 14 horas na FETAG. Ela também

48 informou que eles entraram em contato com Santa Catarina e Paraná, para saberem como está a
49 mobilização desses estados para essas plenárias. Ela disse que Paraná não estava fazendo nenhum
50 tipo de atividade, e que não estavam organizados para essas plenárias, e que nessa manhã eles
51 tiveram uma reunião da mesa e informaram que enviarão apenas uma pessoa da mesa para
52 representar o conselho estadual do Paraná na plenária do dia 21, e que o motivo seria falta de verba.
53 Ela diz que tiveram um telefonema do município de Cascavel perguntando informações sobre as
54 plenárias, sendo o único município dos dois estados que entrou em contato. Ela diz que ainda não
55 receberam uma resposta do conselho de Santa Catarina, mas segundo ela, eles podem aparecer com
56 uma delegação maior que a do Paraná, ela também comenta que há uma possibilidade dessas
57 plenárias não se estenderem nesses três dias, e se possível encerrar elas no dia 21, pois ela acredita
58 que maior parte das questões poderão ser resolvidas no dia 20, mas lembrando que é apenas uma
59 possibilidade. Ela diz que foi discutido na reunião uma programação dessa plenária Estadual,
60 fazerem uma rápida abertura formal, uma explanação do processo das plenárias, como principal
61 objetivo de focarem as discussões nas questões de saúde e não na conferência, e que nessa plenária
62 estadual, todas as instâncias deverão ter direito a fala e expor o que foi debatido e que tipo de
63 encaminhamentos foram tomados em cada uma dessas plenárias, e que os movimentos sociais
64 também devem ter o direito de fala, e fazerem suas demandas ou semelhantes, e por fim os
65 encaminhamentos, propostas que foram tomadas do Rio Grande do Sul, e que irão ser enviados no
66 dia seguinte na plenária Regional. Ela diz que na plenária Regional vai ocorrer o mesmo processo,
67 porém darão voz aos estados de Santa Catarina e Paraná, para expor os encaminhamentos que
68 foram tomados em suas devidas instâncias, e por fim fazer ver que encaminhamentos serão tomados
69 dessa plenária Regional. Claudio diz que as conferências são os espaços privilegiados de formação
70 da política de saúde, e as plenárias de debates mas não tem o carácter de estabelecer políticas de
71 saúde, ele diz que a forma como essas plenárias foram concebidas, tem tentativa no entender dele de
72 retirar o poder da conferência e passar para a plenária. Ele lembra que houve propostas de que a
73 conferência nacional deveria ser até agosto, por que o limite legal para o poder executivo mandar o
74 PPA para o poder legislativo é 31 de agosto, e ele diz que o ideal seria fazer a conferência antes para
75 ela influenciar de forma decisiva o PPA. Ele diz que como a data da conferência nacional está
76 prevista para depois de agosto, o que eles propõem referendar a conferência estadual no âmbito
77 estadual, que vai orientar no PPA e o plano estadual de saúde, e também vão tentar antecipar as
78 conferências antes do prazo legal para executar as políticas. Lotario diz que discorda com a ideia do
79 Claudio de que uma plenária de conselho municipal de saúde deve substituir uma conferência, e que
80 elas foram criadas com um objetivo diferente, de tentar envolver a sociedade para ela se sentir
81 convidada em fazer parte de construir uma conferência dentro uma realidade em que todos estão
82 vivendo. Ele diz que existem dificuldades dos coordenadores de plenárias mobilizarem os conselhos
83 municipais para as plenárias, e que devem mobilizar os conselhos para fazerem uma boa plenária e
84 uma boa conferência. Célia responde que o CES esta mobilizando os municípios, fazendo
85 atividades desde o ano passado. Ela diz que o processo de interiorização, não está, pelo
86 conhecimento dela, sendo feito por nenhum outro estado, e que o CES esteve em atividade em todas
87 as macrorregiões do Rio Grande do Sul desde 2012. Ela diz que convidaram todos os 497
88 municípios através dos seus conselhos, e que não convidaram os gestores, por que a obrigação do
89 conselho estadual é convidar o conselho dos municípios. Ela diz que não estão criticando as antigas
90 plenárias de conselho, e sim esse tipo de plenária que está sendo feita, e que segundo ela está com
91 uma conotação diferente. Claudio diz que o processo que o Lotario falou sobre fazer uma plenária
92 com a participação dos movimentos sociais, foi discutido na reunião e que tem que acontecer, mas
93 que não adianta só dizer que tem que acontecer, tem que fazer acontecer. Ele diz que escutou do
94 ministro da saúde na conferência nacional da saúde do trabalhador, que as plenárias dos
95 movimentos sociais são para fazer o PPA. Ele diz que fortalecer essas plenárias do conselho é bem
96 diferente do que tentar fazer com que uma plenária que não tem carácter deliberativo tenha a linha
97 política que o gestor quer para o PPA e o plano de saúde, e que não podem aceitar isso, e que farão

98 essa disputa política. Ele diz que o que é orientado para fazer na plenária popular de saúde é discutir
99 sobre a pauta da conferência no sentido de conferência, e não de plenária, e que segundo ele, sem
100 critérios de participação e financiamento, isso é complicado. Célia complementa que elaboraram um
101 grupo de trabalho que estava organizando as plenárias, elaboraram um instrumento de avaliação que
102 está sendo enviado para todos os municípios. Ela diz que essa avaliação é constituída de três eixos.
103 Primeiro, onde eles perguntam quais são as condições de funcionamento dos conselhos municipais
104 de saúde, desde lei até espaço físico, segundo, como os conselhos estão trabalhando os instrumentos
105 de planejamento e gestão, e por último pedem um diagnóstico da situação de saúde do município.
106 Ela diz que isso serve para o conselho melhorar o processo de debate para o processo das
107 conferências. João diz que estava em uma reunião do comitê estadual de enfrentamento a
108 tuberculose, onde discutiram financiamento geral e segundo ele, não há financiamento, e que não
109 tem de onde tirar. Ele diz que fizeram um seminário em Brasília com todos os movimentos sociais
110 para discutir a 15ª conferência, e que foi discutida a equidade da saúde, e que os movimentos
111 sociais vão ter a sua voz nas plenárias e nas conferências, assim como tiveram na última plenária, e
112 que mesmo sem financiamento os movimentos estarão presentes, e que segundo ele pela primeira
113 vez os movimentos sociais dentro da saúde vão ter sua voz nas plenárias. Eni diz que se preocupa
114 com a possibilidade de que o resultado do questionário no qual Célia falou, não apresente um
115 diagnóstico real da situação da saúde do Rio Grande do Sul, e que também sem um prazo de entrega
116 específico, muitos municípios vão entregar o resultado na última hora. Ela diz que concorda com o
117 João na parte da participação popular, porém ela diz que essa participação tem que ser investida
118 ainda mais, e que o espaço de participação não é somente nas plenárias. Célia responde que o prazo
119 de entrega dos questionários é até 10 de abril, ela deixa claro que não vão usar o resultado do
120 questionário como fonte fidedigna das condições de saúde dos municípios, e que o objetivo dele é
121 que as pessoas se deem conta de que precisam discutir sobre isso, por que segundo ela nesse
122 questionário tem perguntas que muito raramente são feitas nas conferências, porque segundo ela as
123 últimas conferências tem sido apenas de propostas de saúde mas sem um embasamento concreto, e
124 que esse diagnóstico pode ajudar a embasar e deixar as propostas mais elaboradas para as
125 conferências. Lotario diz que o orçamento do governo federal ainda não foi aprovado, e que se a
126 conferência tem até novembro para realizar, e espera que isso seja incluído por que a realidade hoje
127 é bem diferente do que a quatro anos atrás. Célia diz que em 11 de março foi publicado o regimento
128 da conferência nacional, e que a data da conferência nacional foi alterada para 1 à 4 de dezembro, e
129 que o motivo foi por não conseguirem local para a conferência na data antiga. Ela diz que estão com
130 dificuldades para encontrar um local para realizar a conferência estadual na data atual, e que talvez
131 tenham que antecipá-la para agosto, e que todos serão informados caso isso aconteça. Célia
132 apresenta uma proposta que foi discutida na comissão no dia anterior, um GT de transição entre a
133 plenária e a comissão organizadora da conferência, ela diz que eles já tem definido pelo decreto,
134 quem é o presidente, o vice-presidente e a figura de um coordenador geral da conferência, e que se
135 a data da conferência for alterada, o decreto pode ser alterado também, e podem mudar o vice-
136 presidente da conferência para o gestor de saúde no lugar do vice-presidente do conselho. Ela diz
137 que se eles acrescentarem além da figura do coordenador, um coordenador adjunto, eles colocariam
138 quatro pessoas que seriam da linha da coordenação maior da conferência, e que isso seria possível
139 com a presença dos quatro segmentos que compõem o conselho e as próprias conferências. Eles
140 propõem que no conjunto de comissão organizadora teriam 4 representantes de gestores
141 prestadores, 4 profissionais de saúde e 8 usuários, isso na coordenação, e que a ideia de escolha
142 seria à partir da composição das comissões, e que quem estiver interessado pode se inscrever. Ela
143 conclui que a comissão organizadora seria composta de Presidente e Vice, coordenador geral e
144 adjunto, secretaria-geral e adjunto, uma comissão de formulação, uma comissão de relatoria, uma
145 comissão de infraestrutura, uma comissão de comunicação e uma comissão de mobilização. Claudio
146 reafirma a necessidade de fazer uma discussão política dessa composição, e que na última
147 conferência eles tinham muitas comissões que segundo ele não funcionaram. Ele diz que é tudo

148 uma questão de contato com os municípios, e que não é para deixarem para se comunicarem na
149 hora da conferência estadual e nacional, é para se comunicarem agora e se focarem também na
150 conferência municipal. Ele diz que na questão da mobilização, precisam entrar em contato com
151 muitas entidades e movimentos sociais e movimentar as pessoas para participarem das conferências.
152 Ele conclui que se ele quiserem que a realidade da saúde gaúcha fique clara na conferência
153 nacional, todos terão que trabalhar. Miriam diz que concorda com o que o Claudio falou e diz que
154 não é um conselheiro que vai dar conta de tudo, ela diz que com mais material sobre as propostas da
155 conferência, podem discutir e envolver os conselhos nos órgãos que representam, que quanto antes
156 esse material for enviado, mais depressa eles poderão se agilizar. Célia diz que a ideia é que eles
157 aprovelem nessa plenária a proposta de formação de comissões, e se caso for aprovada vai ser
158 enviada para os conselheiros e entidades, ela diz que não é necessário ser conselheiro para fazer
159 parte da comissão organizadora da conferência, porém para participar tem que se comprometer.
160 Claudio diz que no regimento interno da conferência nacional não tem a metodologia da
161 conferência, mas nele tem questões que segundo ele, é cópia e cola malfeito, ele cita uma que diz
162 que nas conferências municipais vai ter um documento orientador nacional, ele lembra que essa
163 metodologia foi usada na conferência do trabalhador, e que o documento não chegou, e por causa
164 disso tiveram que fazer o documento corrido, ele sugere um grupo de pessoas para já irem
165 agilizando um documento orientador estadual independente do nacional. Ele também cita que no
166 regimento interno diz que tem que ter no mínimo 50% de presença feminina na delegação, ele
167 sugere que façam uma leitura detalhada desse regimento para encontrar problemas dessa natureza, e
168 levar uma minuta na próxima plenária, e terem uma orientação política para lidar com isso. Célia
169 diz que todos vão receber uma cópia do regimento interno, ela pergunta quais dos conselheiros
170 estão dispostos a participar da comissão para ler e avaliar regimento interno, Sandra, Ana e Eni se
171 mostraram dispostas. Célia diz que o núcleo de saúde do ministério no estado organizou um
172 seminário de avaliação da situação saúde, com objetivo de fazer um processo de qualificação desse
173 debate nos conselhos, mas principalmente nos conselhos municipais de saúde. Ela diz que foi feito
174 no dia 2 e 3 de março, um piloto com os membros do conselho estadual, para fazer uma avaliação
175 da formatação e dos objetivos desse seminário. Ela diz que esse seminário ocorreria no interior, mas
176 por questões de falta de recursos financeiros ele ocorrerá em POA em três datas, e cada uma delas
177 uma turma de no máximo 50 pessoas para se inscreverem, uma turma nos dias 17 e 18 de março,
178 outra nos dias 24 e 25 de março e outra nos dias 31 de março e 1º de abril. Ela diz que no seminário
179 é apresentada uma visão geral da legislação do SUS, e depois mostram os instrumentos que se tem
180 de apropriação de dados sobre situação de saúde, e que segundo ela, eles podem se basear nesses
181 dados oficiais de diversas fontes, e que esse seminário é importante por que o objetivo dele se
182 encaixa justamente com o objetivo do conselho no processo das plenárias e das conferências.
183 Sandra complementa que se algum município do interior quiser realizar esse seminário no interior,
184 eles dispõem de transporte, mais é preciso que o município garanta alimentação e hospedagem, ela
185 diz que fez o curso e que foi extremamente rico, e que como conselheiro, é possível enxergar bem a
186 situação de saúde do município e da região, ela complementa que seria bom se os conselheiros que
187 não conseguiram participar, devem participar em algum momento possível. Odil diz que participou
188 do seminário, e achou muito interessante e que as pessoas deveriam participar. Eni diz que também
189 participou e que sentiu a faltava a presença de mais conselheiros, e que a presença deles nos dois
190 dias segundo ela foi mínima, ela diz que entende que a razão disso é por causa de quem vem do
191 interior e tem que ser bancado pela gestão. Célia diz que o motivo de muitos conselheiros não terem
192 aparecido, foi porque ele foi realizado em um período de férias da maioria deles. Célia diz que o
193 CES está financiando as plenárias estadual e regional, e que não tem custo do local, por que a
194 FETAG agraciou seu espaço para a realização das plenárias, e que estão com dois processos abertos
195 utilizando a verba do conselho para garantir um coffee break para as plenárias, mas diz que ainda
196 não está garantido. Ela diz que foi sinalizado pelo conselho nacional, que eles poderiam repassar a
197 verba do ministério para hospedagem e alimentação, mas isso não foi possível segundo ela por

198 questões de prazo, mas ela diz que eles poderão ressarcir eles por causa de todos os gastos feitos
199 para as plenárias, e que podem utilizar para alguma atividade de sua escolha. Ela diz que os
200 recursos para a conferência estadual, que no decreto diz que são do orçamento do estado, mas na
201 realidade eles utilizarão recurso de um projeto federal, ou seja os recursos estão dentro do
202 orçamento da secretaria, mas não do tesouro do estado. Ela diz que por causa disso, eles deixarão de
203 realizar algumas atividades que estavam previstas com a utilização desses recursos, mas que podem
204 conseguir esses recursos para realizar atividades mais tarde, ela lembra que se não fosse por essa
205 pactuação que tiveram eles não teriam o decreto que foi publicado, e nem essa perspectiva para
206 estão tendo para realizar a conferência. Francisco diz que havia uma necessidade de encaminhar a
207 conferência com uma certa urgência, e que eles poderiam ter optado por encaminhar com recurso do
208 tesouro, e que eles sabem que teriam dificuldades de data ou de negativo. Ele diz que não tem nada
209 definido, mas a questão financeira do estado é muito grave. Ele diz que eles tem que escolher entre
210 encaminhar todo esse processo como um recurso do tesouro correndo o risco de terem muitas
211 dificuldades, ou vão utilizar esse recurso do estado que está parado há dois anos. Célia lê um
212 encaminhamento que foi feito pela comissão de saúde mental, uma moção de apoio ao encontro
213 gaúcho de militantes da reforma psiquiátrica antimanicomial e pré encontros regionais, dizendo que
214 o Conselho Estadual de Saúde aprovou essa moção incluindo a realização dos encontros pré
215 regionais reconhecendo a relevância e objetividade deles, e que o encontro de militantes tem como
216 objetivo fortalecer o movimento e definir prioridades e ações estratégicas da luta em defesa da
217 reforma psiquiátrica antimanicomial do estado a partir da articulação dos diversos movimentos já
218 existentes. Ela lê que a organização estadual entendeu que é necessário os encontros pré regionais,
219 afim de levantar necessidades e especificidades de cada região, e que esses encontros estão sendo
220 organizados livremente por entidades e movimentos e militantes de cada região, e destacam que o
221 conselho estadual de saúde participa e é proponente da organização desses encontros por meio da
222 comissão de saúde mental , ela termina de ler e diz que essa moção de apoio será enviada aos
223 conselheiros estaduais de saúde aos integrantes das comissões do conselho estadual de saúde e a
224 todos os conselheiros municipais de saúde do estado. Sandra explica que o motivo de estarem
225 trazendo essa minuta pedindo apoio ao conselho estadual de saúde, foi por que em novembro do
226 ano passado o fórum de saúde mental e outros movimentos começaram a mapear como estava o
227 movimento da luta antimanicomial no Rio Grande do Sul, e que se deram conta de que em vários
228 municípios tinham vários tipos de movimentos segundo ela muito bons, de promoção de saúde, de
229 cuidado e liberdade de usuários, mas esses movimentos não estavam ligados, ou seja quem estava
230 em São Lourenço não sabia o que Canoas estava fazendo. Ela diz que eles como movimento
231 estadual entenderam que seria necessário o encontro para fortalecer todos os militantes, e para eles
232 se "conhecerem" e debaterem uma linha de luta para a reforma antimanicomial, ela diz era
233 necessário fazer encontros macro para ter um olhar do restante dos municípios, e que alguns já
234 aconteceram outros estão para acontecer, e eles estão mobilizando todo o estado para fortalecer essa
235 militância. Ela diz tudo está acontecendo, e que o processo está andando, porém ela diz que estão
236 com uma situação complicada no conselho de Caxias do Sul, ela diz que eles estão se organizando
237 em vários municípios, vários movimentos estão organizando encontros, mas que o presidente do
238 conselho municipal de saúde entendeu que não tem que acontecer sem a aprovação dele, ela diz foi
239 enviado para eles um texto sobre a situação que aconteceu dois dias antes da plenária, ela lê que a
240 situação de Caxias do Sul é grave referente ao conselho municipal de saúde, e que dois dias antes, o
241 presidente em uma reunião ordinária agrediu verbalmente as entidades que estão organizando o
242 encontro regional, e pediu a destituição dessas entidades, e acusando-os de serem contra o conselho
243 municipal e paralelo, e disse que teriam que passar esse encontro em plenária do conselho
244 municipal de saúde, e que esse encontro não poderia acontecer sem a autorização do conselho
245 municipal. Ela lê que o presidente agrediu diretamente os conselheiros, falando mal dos mesmos
246 pessoalmente, e induziu a plenária para votarem por uma investigação do ministério público sobre
247 esse encontro, e que um conselheiro da comissão de saúde mental do conselho municipal, tentou

248 explicar que é encontro de militantes, movimentos sociais e que não estava relacionado com
249 partidos ou contra o conselho, mas ela lê essa explicação não adiantou. Sandra diz que essa moção é
250 para pedir apoio e aprovação do conselho para ganharem mais força sobre essa situação, que para
251 eles da saúde mental, caiu como uma agressão profunda, e que os movimentos sociais não
252 precisam de uma autorização do conselho municipal ou da secretaria, para se encontrarem,
253 pensarem e discutirem as ações para quais eles tem as suas maneiras de lutar. João diz que
254 movimentos sociais não precisam da licença de ninguém, e que eles são autônomos e que podem se
255 reunir em praças. Nadia reforça não só a necessidade do apoio do conselho mas uma aproximação
256 do conselho de Caxias, por que segundo ela a situação deles é bem delicada, e que lá os processos
257 de votação, discussões e semelhantes são segundo ela, bem "diferentes". Claudio diz que em relação
258 a algumas questões que a Sandra trouxe para a plenária são bem sérias, ele diz que nenhum membro
259 ou cidadão pode ameaçar outro, que isso é crime, e que segundo ele em situações como essa tem
260 que ir no ministério publico, e que seja aberto um inquérito civil publico contra quem praticou esses
261 atos de discriminação. Célia coloca em votação a aprovação da moção, a moção foi aprovada sem
262 nenhum contrariamento ou objeções, e ela diz que essa moção será encaminhada para as instancias
263 e aos conselheiros, ela conclui que se alguma entidade se sentir prejudicada, ou sentir alguma
264 discriminação tem que demandar ao ministério publico para que medidas dentro da lei sejam
265 tomadas. Adão faz um pedido de "socorro", que o grupo de condutores para órteses e próteses, que
266 tem sido discutido por 12 anos está sendo descentralizado em quase todo o estado pela nova
267 política, e que a cada mês esse grupo participa de delegacias de saúde e semelhantes para todos os
268 tipos de deficiência em 19 microrregiões do estado. Ele diz que o conselho de saúde pela falta de
269 linha de comunicação não está sabendo, e que todos do interior estão sabendo sobre esse programa
270 e de suas atividades, ele pede para que tal assunto seja pautado em alguma plenária futura. Célia diz
271 já receberam a resposta do coordenador da área saúde mental, e que já enviaram para a comissão, e
272 que ela será apresentada na próxima plenária. Francisco diz que gostariam que a discussão na
273 próxima plenária fosse conduzida na maneira mais tranquila possível e mais madura, e que não
274 concordam com alguns fatos da plenária passada, entre eles a exposição de uma menor de idade da
275 forma que foi feita e que isso contraria o artigo nº 18 do estatuto da criança e do adolescente. Ele
276 diz que podem discutir e ter ideias diferentes, porém em um nível produtivo. Sandra diz que como
277 comissão não tem como prever esse tipo de acontecimento, ela diz que além das respostas para as
278 perguntas que foram feitas pela comissão na plenária, também foi combinado na plenária, respostas
279 dos questionamentos da plenária. Ela diz que todas as perguntas tem que ser registradas em ata, e
280 serem lidas na próxima plenária. João propõe que no dia da plenária em que o assunto da saúde
281 mental seja pautado, seja no auditório que segundo ele é um espaço mais apropriado para que os
282 movimentos sociais possam participar. Célia diz que podem avaliar a situação. Nada mais havendo
283 a tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a
284 presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre,

285

286

287

288

289 Célia Chaves

290 Presidente do CES/RS

291

292

293 Odil Gonçalves Gomes

294 Coordenador do CES/RS

295

296 Paulo Humberto Gomes da Silva

297 Coordenador do CES/RS

Claudio Augustin

Vice Presidente do CES/RS

Ana Maria Valls Atz

Coordenadora do CES/RS

Sônia Pinheiro

Coordenador do CES/RS

298

299

300 Jairo Francisco Tessari
301 Coordenador do CES/RS

302

303

Francisco Zancan Paz
Coordenador do CES/RS